

## CORREIO NACIONAL

## Diagnóstico precoce de autismo aos 16 meses

Nova linha de cuidado para TEA foi lançada pela Saúde



Paulo Pinto/ Agência Brasil

Cientistas europeus publicaram novo consenso

## Vacina da covid protege contra complicações cardíacas

A vacinação contra a covid-19 também protege contra a covid longa e as doenças cardiovasculares relacionadas ao vírus, de acordo com novo consenso clínico publicado nesta quinta-feira (18), em inglês, na Revista Europeia de Cardiologia Preventiva.

“A vacinação continua sendo a pedra angular da prevenção, reduzindo significativamente a gravidade da covid-19 aguda e diminuindo o risco de covid longa em mais de 40% em indivíduos vacinados com duas doses, em com-

paração com os não vacinados”, diz o documento elaborado por cinco entidades médicas da área cardíaca europeias.

Além disso, os estudos analisados para a elaboração do consenso mostram que, se uma pessoa que nunca foi vacinada apresentar um quadro de covid longa, a imunização pode ajudar a reduzir os sintomas.

As entidades também recomendam que as doses de reforço sejam tomadas especialmente por pessoas que fazem parte dos grupos de alto risco.

## Vírus que causa leucemia

Pesquisadores da Fiocruz Bahia, em parceria com o Ministério da Saúde, vão testar se um remédio utilizado no tratamento de HIV pode prevenir a transmissão do vírus HTLV-1 de mãe para filho.

O vírus linfotrópico de células T humanas tipo 1, ou HTLV-1, ataca as células do sistema imunológico

e pode causar doenças como leucemia e mielopatia, além de deixar o organismo mais vulnerável a infecções. O HTLV-1 pode ser transmitido durante a relação sexual desprotegida ou de mãe para filho, principalmente durante a amamentação. Por isso, a testagem é obrigatória durante o pré-natal.

## Procedimentos fora do rol da ANS

O Supremo Tribunal Federal decidiu na quinta permitir que os planos de saúde sejam obrigados a cobrir procedimentos que não estão no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a lista de procedimentos que devem ser cobertos obrigatoriamente pelos planos. Com a decisão, a

Corte considerou constitucional obrigar as operadoras a cobrir tratamentos ou procedimentos fora do rol da ANS. Contudo, a cobertura de tratamentos fora do rol deverá levar em conta cinco parâmetros, que devem estar presentes cumulativamente nos casos que forem analisados.

## Indenização ainda em setembro

O governo federal espera começar a pagar ainda este mês as primeiras indenizações às famílias de crianças com deficiência permanente causada pela síndrome congênita associada ao vírus Zika.

Segundo o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, cerca de 1,6 mil crianças de todo o

Brasil têm direito à indenização por dano moral de R\$ 50 mil – valor que será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado entre 2 de julho deste ano e a efetiva data do pagamento da indenização. As crianças receberão também uma pensão mensal e vitalícia.

## CNU: prazo para aprovados é terça

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) prorrogou até as 23h59 (horário de Brasília) da próxima terça-feira (23) o prazo para que os aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 1) manifestem interesse em permanecer na lista de espera dos car-

gos. O prazo terminaria na quinta. A etapa deve ser feita pelos candidatos pelo aplicativo gov.br ou no site SouGov.Br. O acesso deve ser feito com login único da conta de serviços digitais do governo federal, o portal Gov.br, nos níveis de segurança prata ou ouro.

## Prêmio Escolas Sustentáveis

Projetos socioambientais com foco no desenvolvimento sustentável, liderados por professores e alunos em instituições de ensino, têm apresentado benefícios diretos para suas comunidades locais, extrapolando os muros das escolas. A 3ª edição do Prêmio Escolas Sus-

tentáveis, que anunciou os vencedores na quarta em evento na capital paulista, revelou algumas dessas iniciativas. Esse é um dos projetos premiados da etapa nacional da competição, vencedor na categoria que avalia ações da educação infantil até o ensino fundamental.

Profissionais da atenção primária vão passar a realizar o teste que detecta sinais de transtorno do espectro autista (TEA) em todas as crianças com idade entre 16 e 30 meses, como parte da rotina de avaliação do desenvolvimento. A orientação consta na nova linha de cuidado para TEA, lançada nesta quinta-feira (18) pelo Ministério da Saúde.

A expectativa, segundo a pasta, é que as intervenções e estímulos a esses pacientes ocorram antes mesmo do diagnóstico ser fechado. “A atuação precoce é fundamental para a autonomia e a interação social futura”, destacou o ministério em nota.

“Pela primeira vez, o ministério estabelece uma linha de cuidado para o TEA. O centro dela, a recomendação mais importante, é o esforço do diagnóstico precoce no início dos cuidados e intervenções”, avaliou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Para o ministro, a nova linha de cuidados é um instrumento potente e abrangente.

“Para que a gente faça não só o diagnóstico mais precoce possível, mas o cuidado e as intervenções mais precocemente. Não precisa fechar o diagnóstico para começar as ações. Tem um impacto muito grande no desenvolvimento dessas crianças”, completou.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

A expectativa é que as intervenções ocorram ainda antes do diagnóstico final

O governo estima que 1% da população brasileira viva com TEA. Dados do IBGE indicam que 71% dessa população apresentam ainda outras deficiências, o que, de acordo com o ministério, reforça a necessidade de ações integradas via SUS.

“A nova linha de cuidado lançada pelo Ministério da Saúde orienta gestores e profissionais de saúde sobre como deve funcionar a rede, da atenção primária aos serviços especializados, com foco no rastreio precoce e no início imediato da assistência”, reforçou o ministério.

O teste de triagem para TEA, conhecido como M-Chat, identifica sinais de autismo em crianças já nos primeiros anos de vida. Por meio da detecção precoce, a ideia é que os profissionais possam encaminhar e orientar as famílias em relação aos estímulos e intervenções necessários caso a caso.

O questionário está disponível na Caderneta Digital da Criança e também no prontuário eletrônico E-SUS. Já os estímulos e terapias para crianças com sinais de TEA foram disponibilizados na edição atualizada

do Guia de Intervenção Precoce, que deve ser colocado em consulta pública.

Outra proposta do ministério envolve o fortalecimento do Projeto Terapêutico Singular (PTS), que prevê um plano de tratamento e individualizado, construído entre equipes multiprofissionais e as famílias.

“A nova linha de cuidado também orienta sobre os fluxos de encaminhamento, esclarecendo quando o paciente atendido nos Centros Especializados em Reabilitação (CER) deve ser encaminhado a outros serviços”, destacou a pasta.

## Alimentação escolar: discurso envolve multilateralismo

O ministro da Educação, Camilo Santana, definiu a 2ª Cúpula da Coalizão pela Alimentação Escolar, que começou nesta quinta-feira (18), em Fortaleza, como “a maior organização multilateral dos nossos tempos”.

O grupo foi criado em 2021 com a meta de garantir alimentação para todas as crianças matriculadas em escolas no mundo até 2030. Desde então, 109 países aderiram ao grupo, e em 4 anos, quase 80 milhões de crianças começaram a ser atendidas com programas de alimentação escolar, segundo dados da própria coalizão.

Atualmente, são cerca de 466 milhões de crianças com acesso à alimentação. Mas há ainda 724 milhões de estudantes que não têm acesso à políticas de alimentação nas escolas.

Apesar de integrar o grupo, os Estados Unidos não enviaram representantes para a cúpula. “Faz parte. Foram convidados”, ressaltou Camilo Santana.

O ministro não foi o único a destacar o multilateralismo como um caminho para solução de problemas globais. O representante da França, Thani Mohamed, ministro para Francofonia e Parcerias Internacionais, ressaltou que “em meio à crise do multilateralismo e frente à crise climática, é preciso reforçar a unidade entre os países”. O representante da Finlândia, Ville Tavio, ministro de Comércio Exterior e Desenvolvimento, também elogiou o trabalho conjunto entre os países como caminho no combate à fome.

“Começamos pequenos, mas hoje já somos mais de 100 membros na coalizão e mais de 50 parceiros, mostrando o caminho para o multilateralismo”, afirmou.



José Cruz/Agência Brasil

Operação da PF prendeu diretores de agência reguladora

## Fraudes enfraquecem fiscalização na mineração

As organizações da sociedade civil Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Associação dos Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (Muvb) se pronunciaram sobre a Operação Rejeito, da Polícia Federal (PF), que prendeu esta semana os diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do Serviço Geológico do Brasil (SGB). Eles são suspeitos de fraudes no processo de autorização da exploração de minério de ferro em Minas Gerais.

Para o MAB, o suposto envolvimento de servidores públicos é “revoltante”. Desde a década de 1980, o movimento luta pelos direitos das populações atingidas por usinas hidrelétricas e outros empreendimentos energéticos.

Segundo o membro da coordenação do MAB Joceli Andrioli, a cumplicidade entre agentes do Estado e mineradoras e outras empresas, cuja atuação eles deveriam fiscalizar, compromete a segurança e a vida de milhares de pessoas

suscetíveis às consequências de eventuais desastres ambientais.

“Foram práticas como essas, de corrupção, que levaram aos crimes de Brumadinho e de Mariana”, afirmou Andrioli, referindo-se ao rompimento das barragens da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro de 2019, e de Fundão, em Mariana, em 2015.

“Infelizmente, estamos vendo essa cena se repetir. Teremos novos crimes? A população voltará a pagar esta conta?”, questiona o representante do MAB, em alusão à conclusão preliminar dos investigadores da PF.

A Polícia Federal sustenta que os investigados no âmbito da Operação Rejeito “teriam corrompido servidores públicos em diversos órgãos estaduais e federais de fiscalização e controle na área ambiental e de mineração, com a finalidade de obter autorizações e licenças ambientais fraudulentas, utilizadas para usurpar e explorar, irregularmente, minério de ferro em larga escala”, inclusive em locais tombados próximos

a áreas de preservação, “com graves consequências ambientais e elevado risco de desastres sociais e humanos”.

“Temos que defender os órgãos de controle do Estado, penalizando as pessoas que cometem este tipo de corrupção. Temos que, cada vez mais, fortalecer o serviço público para que [o Poder Público] fiscalize [e impeça] estas práticas a fim de que crimes como os de Brumadinho e Mariana não voltem a se repetir”, defende Andrioli, da coordenação do MAB.

Em nota, o Muvb aponta que as prisões preventivas do diretor da ANM, Caio Mário Trivellato Seabra Filho, e do diretor de Administração e Finanças do SGB, Rodrigo de Melo Teixeira, “lança luz sobre uma dura realidade que o movimento vem denunciando há anos”.

“Não se trata de um detalhe isolado. Trata-se de um sintoma de como interesses econômicos e políticos podem se sobrepor à vida das pessoas”, argumenta a organização.